



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PROCESSO Nº 1043407-92.2019.4.01.3400
REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199)
JUÍZO RECORRENTE: A. A. H. e outros (2)
RECORRIDO: UNIÃO FEDERAL
RELATOR(A): DANIELE MARANHÃO COSTA



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) 1043407-92.2019.4.01.3400
Processo na Origem: 1043407-92.2019.4.01.3400

RELATÓRIO

A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL DANIELE MARANHÃO
(Relatora):

Trata-se de remessa necessária em face de sentença que, proferida nos autos no mandado de segurança impetrado contra ato do **Coordenador de Processos Migratórios**, concedeu a segurança, confirmando a liminar, “(...) para, reconhecendo o direito líquido e certo do impetrante: a) **anular** o ato administrativo que indeferiu o pedido de naturalização do Impetrante (Despacho nº 4329/2019/DNN_Naturalização/DNN/CGPMIG/

DEMIG/SENAJUS/MJ), reconhecendo que o Impetrante atendeu aos requisitos previsto no art. 70 da Lei 13.445/2017 e art. 244 do Decreto 9.199/2017; b) tendo em vista que o único motivo para o indeferimento foi a conclusão de que o solicitante não cumpriu com o requisito da residência fixa, **reconhecer o direito líquido e certo do Imperante ao deferimento do pedido de naturalização**.

O juízo de 1º grau assim decidiu, ao fundamento de que o motivo indicado pela autoridade para indeferir o pedido de naturalização provisória foi a circunstância de que o menor teria fixado residência após ter completado 10 anos de idade, porém, “(...) *nem a lei, nem o decreto e nem mesmo a portaria*

interministerial fazem menção à data do pedido dirigido à Polícia Federal ou qualquer outro órgão público como parâmetro para a consideração da fixação de residência, sendo tal exigência flagrantemente ilegal”.

O MPF/PRR da 1ª Região opinou pelo não provimento da remessa necessária.

É o relatório.

VOTO - VENCEDOR



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) 1043407-92.2019.4.01.3400

Processo na Origem: 1043407-92.2019.4.01.3400

VOTO

Cinge-se a questão controvertida acerca da legalidade do ato administrativo que indeferiu o pedido de naturalização apresentado pelo impetrante, ao fundamento de não preenchimento do requisito referente ao limite de idade para fixação de residência no país por tempo indeterminado.

Tenho que não merece reparos a sentença.

Consta dos autos que o pedido de naturalização do impetrante fora indeferido ao fundamento de não cumprimento do disposto no art. 70, da Lei nº 13.445/2017 (*id* 63517682), que assim dispõe:

Art. 70. A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente que tenha fixado residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e deverá ser requerida por intermédio de seu representante legal.

Parágrafo único. A naturalização prevista no caput será convertida em definitiva se o naturalizando expressamente assim o requerer no prazo de 2 (dois) anos após atingir a maioridade.

No entender da autoridade coatora, o motivo para o indeterimento da naturalização provisória foi a circunstância de que o menor fixou residência após ter completado 10 anos de idade.

Vê-se, assim, que a controvérsia se limita ao requisito atinente à idade máxima para fixação de residência no país para fins de requerimento de naturalização provisória.

O Decreto nº 9.199/2017, ao regulamentar a nova Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017), assim dispôs sobre o requisito da residência:

Art. 221. Para fins de contagem dos prazos de residência mencionados nas exigências para obtenção da naturalização ordinária e extraordinária, serão considerados os períodos em que o imigrante tenha passado a residir no País por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A residência será considerada fixa, para fins da naturalização provisória prevista no art. 244, a partir do momento em que o imigrante passar a residir no País por prazo indeterminado.

Por sua vez, a Portaria Interministerial nº 11/2018, em seu artigo 54, definiu os documentos que podem ser utilizados para comprovar a efetiva residência no Brasil:

Art. 54. Na instrução dos processos previstos nesta Portaria, para fins de subsidiar a contagem do prazo de efetiva residência no Brasil, observado o conjunto probatório, poderão ser exigidos os seguintes documentos, dentre outros:

I - comprovante de endereço, como contas de água, energia ou telefone;

II - cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel em nome do interessado ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável;

III - declaração de instituição financeira atestando cadastro de cliente;

IV - comprovante de vínculo profissional, conforme a atividade desenvolvida, como:

a) declaração de empregador atestando vínculo empregatício naquela localidade;

b) comprovante de autônomo;

c) comprovante de que exerce atividade de empresário; ou

d) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

V - certificados de conclusão de cursos;

VI - diplomas;

VII - histórico escolar;

VIII - exames médicos;

IX - extrato da Previdência Social;

X - extratos de plano de saúde; ou

XI - outros documentos que atestem a residência contínua e ininterrupta no País.

Parágrafo único. Quando exigida comprovação de residência habitual, o reconhecimento de tal circunstância não será prejudicado por saídas esporádicas do território brasileiro.

No caso, conforme muito bem concluído pela sentença, os documentos que acompanharam a impetração demonstram que o impetrante fixou residência por tempo indeterminado no país antes de completar 10 anos de idade, conforme declaração escolar e boletim de notas acostados aos autos.

Objetivando evitar repetições, adoto como razões de decidir os fundamentos contidos na sentença sob reexame (*id* 63517693):

(...)

Segundo a autoridade coatora, o motivo para o indeferimento da naturalização provisória foi a circunstância de que o menor fixou residência após ter completado 10 anos de idade (informações Id. 154769871).

Ocorre que nem a lei, nem o decreto e nem mesmo a portaria interministerial fazem menção à data do pedido dirigido à Polícia Federal ou qualquer outro órgão público como parâmetro para a consideração da fixação de residência, sendo tal exigência flagrantemente ilegal.

Isso porque a exigência legal é a fixação de residência no país, fato que independe de apresentação de pedido formal a autoridades brasileiras, podendo ser comprovado por diversos documentos, dentre eles os indicados no art. 54 da Portaria Interministerial nº 11/2018.

Conforme se depreende dos documentos acostados aos autos, estão preenchidos todos os requisitos legais para a concessão da referida naturalização, sendo ilegal a recusa da autoridade coatora.

Aliás, foi anexada cópia de declaração escolar e boletim de notas (Id. 142045882 - Págs. 19 a 30), comprovando que o impetrante fixou residência no país antes de completar 10 anos de idade. Nesse sentido, o documento está em conformidade com a Portaria Interministerial mencionada e que, portanto, deveria ter servido de fundamento para o deferimento da naturalização pela autoridade coatora.

Assim, considerando os documentos acostados aos autos, verifica-se que o impetrante nasceu em 02/04/2005, entrou no Brasil em 24/09/2014 e fixou residência no país no início do ano de 2015, quando efetuou matrícula escolar, antes, portanto, de completar os 10 (dez) anos de idade.

Ante o exposto, **nego provimento** à remessa necessária.

É como voto.

Desembargadora Federal **Daniele Maranhão**

Relatora

DEMAIS VOTOS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) 1043407-92.2019.4.01.3400

Processo na Origem: 1043407-92.2019.4.01.3400

RELATORA : DESEMBARGADORA FEDERAL DANIELE MARANHÃO

JUÍZO RECORRENTE: AGYAD ABO HSHESH, KHALED ABOU HASHISH, RANA ABOSALEM

Advogado do(a) JUÍZO RECORRENTE: DANIEL AUGUSTO DA SILVEIRA - SP386246-A

RECORRIDO: UNIÃO FEDERAL

E M E N T A

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. NATURALIZAÇÃO. MENOR ESTRANGEIRO. FIXAÇÃO DE RESIDÊNCIA NO PAÍS ANTES DE COMPLETAR 10 ANOS DE IDADE. REQUISITO NORMATIVO PREENCHIDO. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA CONFIRMADA.

1. Nos termos do artigo 70, da Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), “*a naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente que tenha fixado residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e deverá ser requerida por intermédio de seu representante legal*”.

2. O Decreto nº 9.199/2017, ao regulamentar a Lei nº 13.445/2017, dispôs no parágrafo único, do artigo 221, que “*a residência será considerada fixa, para fins da naturalização provisória prevista no art. 244, a partir do momento em que o imigrante passar a residir no País por prazo indeterminado*”, tendo sido complementado pela Portaria Ministerial nº 11/2018 que indicou no artigo 54, quais os documentos que poderiam ser apresentados para fins de aferição do requisito da residência.

3. A fixação de residência no país independe de apresentação de pedido formal as autoridades brasileiras, podendo ser comprovado por diversos documentos, dentre eles os indicados no art. 54 da Portaria Interministerial nº 11/2018.

4. Hipótese em que o impetrante comprovou que fixou residência no Brasil antes de completar 10 (dez) anos de idade, quando efetuou matrícula escolar, mantida nos anos posteriores, devendo ser mantida a sentença que **reconheceu o seu direito líquido e certo ao deferimento do pedido de naturalização**.

5. Remessa necessária a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Decide a Quinta Turma, por unanimidade, negar provimento a remessa necessária, nos termos do voto da Relatora.

Brasília-DF, 09 de setembro de 2020.

Desembargadora Federal **Daniele Maranhão**
Relatora

Assinado eletronicamente por: DANIELE MARANHÃO COSTA

24/09/2020 15:40:41

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 76686044



200924154041593000000

IMPRIMIR

GERAR PDF